

EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2014¹

Lauro Mattei²

Leonardo Regis³

Resumo

Neste artigo discute-se a situação do mercado formal de trabalho em Santa Catarina no período de 2001 a 2014. Diante do contexto internacional de grandes mudanças no mundo do trabalho, reflexos desse processo também foram sentidos em todo o país. A ascensão do padrão de acumulação ao final do século XX promoveu uma desestruturação do mercado de trabalho, com o surgimento de altas taxas de desemprego, informalidade e aumento da flexibilização do trabalho. Essas tendências foram revertidas no início do século XXI em todo o país, especialmente em termos da expansão dos postos formais de trabalho e da redução dos níveis de informalidade do conjunto da PEA. Neste novo cenário, Santa Catarina figura como uma das unidades da federação com posição privilegiada, uma vez que detém as maiores taxas de empregos formalizados do país. Esse panorama representa uma melhora significativa nas relações de trabalho, assim como indica uma melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores em geral. Uma análise de aspectos qualitativos também revela melhora de diversos outros índices relacionados à escolaridade, gênero e estruturas internas nos diversos setores. Entretanto, algumas características negativas ainda persistem, particularmente no que diz respeito ao processo discriminatório de gênero no quesito remuneração.

Palavras-chave: Santa Catarina; Mercado de trabalho; Postos Formais de Trabalho.

Área Temática: 3. Demografia e Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

Os anos de 1990 são referências para analisar a situação do mercado formal de trabalho no presente século. Naquele período ocorreram profundas transformações no campo econômico e político, com destaque para a introdução do novo modo flexível de acumulação de capital ensejado a partir da nova ordem mundial. Decorrente dela foi implantado um processo de reestruturação produtiva em escala global, cujos efeitos sobre o mercado de trabalho foram dramáticos, especialmente em termos de expansão do desemprego e da elevação dos índices de informalidade do trabalho.

¹ Artigo derivado do projeto de pesquisa financiado pelo PIBIC/CNPq/UFSC e apresentado no X Encontro de Economia Catarinense realizado na FURB, em maio de 2016.

² Professor do curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT e pesquisador do OPPA-CPDA-UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br

³ Estudante de Economia na UFSC e bolsista do PIBIC-CNPq-UFSC. Email: leo_lp3@live.com

Este cenário começou a ser alterado em várias partes do mundo por meio da adoção de novas políticas macroeconômicas. No caso do Brasil, a prioridade política dada à área social a partir de 2003 teve um efeito cumulativo no mercado de trabalho, uma vez que não somente o nível de emprego e de renda se elevaram como também a informalidade e as formas precárias de contratação se reduziram. Com isso, observa-se que houve um rompimento com o processo de desestruturação do mercado de trabalho que estava em curso nas duas últimas décadas do século anterior.

Este estudo tem como objetivo analisar este processo de mudança no mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2014. Para tanto, além desta breve introdução, o artigo é composto por mais quatro seções. Na primeira delas são discutidas brevemente as principais mudanças no mundo do trabalho no início do século XXI. A segunda seção apresenta o cenário atual do mercado formal de trabalho catarinense, com ênfase nos quesitos relativos aos setores de atividade, escolaridade, gênero e remuneração. A terceira seção analisa qualitativamente alguns indicadores de desempenho do mercado formal, cruzando diversas informações. Finalmente, na quarta seção são discutidas as principais tendências do emprego formal em Santa Catarina num contexto de desaceleração das atividades econômicas.

1-O MUNDO DO TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho. A mudança do modo de produção, aliada a outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visava reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

Este processo, conhecido como regime de acumulação flexível, alterou as relações de trabalho em prol das demandas do capital, fazendo subsumir ainda mais o trabalho vivo através de regimes e contratos mais flexíveis que objetivamente impõem uma racionalidade capitalista compatível com os avanços tecnológicos e novas estruturas de mercado, além de capturar a subjetividade dos trabalhadores através de um processo amplo de conformação (ALVES, 2011). Nos setores produtivos, o novo padrão de acumulação ocasionou uma série de alterações nas formas de produção e organização, estabelecendo uma gestão flexível do

trabalho, uma produção especializada e guiada pelos princípios do *lean production, just in time*, gestão de qualidade e outros métodos instituídos pelo toyotismo (ANTUNES, 2002).

O novo modelo de produção pautado pelo padrão de acumulação flexível causa rápidas transformações nos processos produtivos, tanto setoriais como também entre as regiões geográficas. Para Harvey (1992), esse movimento cria uma grande mudança do emprego especialmente no setor de serviços. Já do ponto de vista do trabalhador, segundo Antunes (1997), a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina/um trabalhador e passa a operar várias máquinas ao mesmo tempo, havendo uma flexibilização da produção.

Os reflexos da acumulação flexível no mundo do trabalho se traduzem principalmente numa maior precarização do trabalho, tanto dos setores produtivos tradicionais, como no incremento do subproletariado fabril e de serviços, acompanhado da redução do proletariado fabril típico do fordismo/taylorismo, de acordo com Antunes (2000). A terceirização, subcontratação e empregos part-time passam a constituir uma parte significativa e crescente da estrutura ocupacional. Além disso, o desemprego estrutural também se acentua como resultado do avanço tecnológico e o novo modelo informacional de produção que requer trabalhadores polivalentes.

As consequências para o mundo do trabalho dessa nova divisão internacional do trabalho, portanto, apresentam-se de maneira diferenciada e desigual para os países, conforme constituem o centro ou a periferia do sistema capitalista. A concentração nos países centrais da produção tecnológica e científica, assim como da produção de bens industriais de informação e comunicação, manifesta uma estrutura produtiva menos exposta à competição internacional e menos precária quando comparados aos países periféricos (POCHMANN, 1999). A estrutura ocupacional do setor de serviços, carro-chefe da geração de postos de trabalho nas últimas décadas, também é diferenciada em relação ao centro e periferia, mas representa uma tendência geral do novo padrão de acumulação que precisa absorver contingentes cada vez maiores deslocados da produção industrial e adaptação às tecnologias informáticas e de suporte à produção, principalmente no centro do sistema. Na periferia, entretanto, os postos de trabalho do setor geralmente encontram-se na esfera da realização do valor e em funções de menor qualificação e maior precariedade.

Com isso, ao final da década de 1990 o desemprego causado por essas medidas de cunho neoliberal não se reduziu. Ao contrário, em todo o período a geração de emprego não acompanhou o crescimento do PIB do país. Segundo Cardoso (2004), a abertura econômica

indiscriminada e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial explicam muito desse comportamento adverso.

Diante deste cenário, ao final da década de 1990 conformaram-se, segundo Krein (2014), algumas teses conservadoras que a experiência brasileira recente se encarregou de refutá-las. A primeira delas era que o nível de emprego não iria aumentar mesmo havendo crescimento da economia, devido ao processo de reestruturação produtiva das empresas, especialmente com a introdução das inovações tecnológicas. A segunda tese hegemônica foi de que a criação de emprego, visando reduzir o desemprego e a informalidade, somente seria possível caso houvesse uma maior flexibilização das relações de trabalho. A terceira tese era de que o sindicalismo estaria em fase de declínio estrutural e tendendo a perder força na sociedade, com a emergência de uma sociedade pós-industrial. Finalmente, a quarta tese era de que não poderia haver aumento do salário mínimo porque isto provocaria inflação e desemprego.

Independentemente da veracidade desses preceitos neoliberais, o limiar do século XXI mostrou que as tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas, uma vez que a taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, ao mesmo tempo em que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que cresceram com intensidade considerável (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008). Particularmente, no governo Lula (2003-2010), estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais destinados ao combate da pobreza, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Segundo Pochmann (2011), a partir dos anos 2003 o Brasil evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Contribuíram para isso, a implementação de algumas políticas, como a lei geral da micro e pequena empresa e a lei do empreendedor individual, permitindo que houvesse uma crescente expansão da formalização do mercado de trabalho. Essa expansão dos empregos formais tem refletido a retomada contínua do crescimento econômico pelo mercado interno. Apesar desses avanços, ainda há muito que se melhorar no que se refere às relações de trabalho no país, pois essas relações, segundo Pochmann (2011, p. 131), “ainda não estão adequadas à nova fase de dinamismo do trabalho no setor terciário”, onde as empresas, na busca incessante pelo lucro e redução de custos, terceirizam alguns serviços nos quais não são eficientes.

2 –EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

Embora o mercado formal de trabalho em Santa Catarina possua diversas particularidades no que diz respeito a sua estrutura produtiva, inda assim ele é condicionado pelas transformações do mercado geral do país, cuja dinâmica está intrinsecamente ligada aos movimentos gerais da economia nacional.

Assim, com o início de um período de recuperação econômica determinado, principalmente, pelo boom de commodities a partir de 2004, observaram-se efeitos positivos desse movimento sobre o mercado de trabalho, com a ampla geração de empregos, especialmente formais.

Os reflexos desse processo também se fizeram sentir no estado de Santa Catarina que apresentou desempenho superior em relação à média nacional tanto em termos de geração de postos formais de trabalho como de estruturação do mercado de trabalho. Com isso, o estado catarinense passou a ser uma das unidades da federação com maior taxa de formalização das relações de trabalho.

A tabela 1 apresenta a evolução dos postos formais de trabalho (PFT) entre 2001 e 2014. Constata-se crescimento sustentado da geração de empregos formais em todo o período, com taxa anual média de 5,30%. Em termos absolutos, houve acréscimo de 1.118.221 postos formais de trabalho em toda a série, passando-se de 1.155.712, em 2001, para 2.273.933, em 2014.

Tabela 1: Evolução dos PFT entre 2001-2014

Ano	Total
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.291.454
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
2012	2.103.002
2013	2.210.927
2014	2.273.933
Taxa % a.a.	5,30%

É possível observar uma relativa desaceleração no ritmo de crescimento dos PFT a partir do ano de 2014. Tal fato decorre do processo geral de desaceleração da economia do país, cujos efeitos negativos também o estado catarinense, mesmo que este ainda mantenha uma situação bem mais sólida no mercado formal de trabalho, comparativamente a outras unidades da federação.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos PFT de acordo com os diversos setores de atividade econômica. No período analisado, os setores de Comércio e Serviços representaram, juntos, 57,7% do total de postos formais de trabalho gerados, alterando fortemente a distribuição. Em 2014, pela primeira vez, a indústria de transformação deixou de representar o setor com maior participação, tendo sido ultrapassada pelo setor de serviços, que passa a possuir 30,53% dos PFT, em comparação a 30,09% da indústria de transformação no mesmo ano. Essa tendência já vinha se consolidando ao longo da série por causa da forte expansão do setor terciário, fenômeno condizente com o contexto nacional.

Ainda que se tenha verificado importantes alterações na distribuição, todos os setores apresentaram taxas de crescimento positivas e acréscimo absoluto no número de postos de trabalho. Os setores de construção civil, comércio e serviços apresentaram taxas anuais de crescimento acima da média estadual, enquanto os demais setores tiveram desempenho abaixo da média.

O setor extrativo mineral, o que menos emprega no Estado, reduziu ainda mais a sua participação, passando de 0,47% para 0,37%. A geração de apenas 3.121 empregos formais representa a continuação da tendência que segue desde a reestruturação produtiva na década de 1990, com a redução da participação relativa no agregado total.

Tabela 2: Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Santa Catarina	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	5.375	0,47%	8.496	0,37%	3,76%
Ind.Transformação	390.330	33,77%	684.309	30,09%	4,38%
Serv.Ind.Util.Pública	13.452	1,16%	20.124	0,88%	3,49%
Construção Civil	41.836	3,62%	105.331	4,63%	8,68%
Comércio	197.839	17,12%	455.439	20,03%	6,60%
Serviços	306.550	26,52%	694.185	30,53%	6,43%
Adm.Pública	166.178	14,38%	261.177	11,49%	3,17%
Agropecuária	34.152	2,96%	44.872	1,97%	1,27%
TOTAL	1.155.712	100%	2.273.933	100%	5,30%

Fonte: MTE/RAIS.

O setor de serviços industriais de utilidade pública apresentou o terceiro pior desempenho relativo com taxas médias anuais de 3,5% durante os 14 anos da série. Sua participação foi reduzida de 1,16% para 0,86%, com geração absoluta de apenas 6.672 PFT.

A construção civil, por sua vez, teve considerável desempenho de 8,68% de crescimento ao ano na média do período, ainda que represente apenas 4,63% dos empregos formais em 2014, é um importante setor da economia e o quinto que mais emprega. Na série de 2001 a 2014 foi o setor que mais cresceu relativamente, obtendo o acréscimo de 63.495 PFT em termos absolutos. Tal comportamento pode ser explicado, em grande parte, pelos programas de incentivo por parte do governo federal, como por exemplo o Minha Casa Minha vida.

O comércio obteve a segunda maior taxa anual média de crescimento, calculada em 6,60% para o período. Incorporou 257.510 postos formais de trabalho de 2001 a 2014, e aumentou sua participação no total de setores em 2,91 pontos percentuais, passando de 17,12% para 20,03%, mantendo o terceiro lugar entre os setores que mais empregam.

O setor de serviços apresentou a maior geração de PFT no período, acumulando 387.635 empregos formais. Este desempenho possibilitou com que o setor passasse a ser o que mais emprega no estado de Santa Catarina em 2014, ultrapassando a indústria de transformação. A taxa anual média de crescimento foi de 6,43%, a terceira maior, sustentada em todo o período.

A administração pública foi outro setor com crescimento modesto no número de empregados. A taxa anual média de 3,17% fez com que a participação de 14,38% no total de PFT em 2001 se reduzisse para 11,49% em 2014. Apesar da incorporação absoluta de 94.999 empregos formais, o setor apresentou o segundo pior desempenho relativo dentre todos os setores analisados.

A agropecuária foi o setor que apresentou as piores taxas de crescimento anual médio, com apenas 1,27%. Ainda assim, teve acréscimo absoluto de 10.720 PFT ao longo do período. Esse setor parece apresentar relativa inconstância, provavelmente dada pela mecanização e variações na produção, que são fortemente condicionadas pela demanda e clima, o que explicaria as baixas taxas de crescimento. Os picos do setor ocorreram em 2005, 2007 e 2014, sempre apresentando movimentos de queda com posterior recuperação. O número de ocupados nunca ultrapassou os 45.000, mantendo uma média de 43.363 a partir de 2005, ano em que sofreu a primeira queda no número absoluto de empregados formais.

A tabela 3 apresenta a distribuição de acordo com o gênero no total do agregado de Santa Catarina. A série histórica apresenta forte tendência no sentido de uma distribuição mais equitativa no mercado de trabalho, com a participação feminina se elevando de 38,29% em 2001 para 45,12%, aumentando em todos os anos considerados na série. Os resultados ainda apresentam disparidade no que se refere à população economicamente ativa (PEA). Essa ampliação se deu pelo fato de que a taxa anual de crescimento dos PFT para o gênero feminino foi de 6,58%, enquanto para o gênero masculino a mesma foi de 4,38%, sendo a média total de 5,30%. Cerca de 580 mil trabalhadoras formais foram incorporadas no mercado de trabalho, um número superior em relação à inserção de cerca de 530 mil trabalhadores do sexo masculino.

Tabela 3: Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Santa Catarina	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Masculino	713.211	61,71%	1.247.948	54,88%	4,38%
Feminino	442.501	38,29%	1.025.985	45,12%	6,58%
TOTAL	1.155.712	100%	2.273.933	100%	5,30%

Fonte: MTE/RAIS.

Constata-se, portanto, melhoria significativa na inserção da mulher no mercado de trabalho. (pergunta: a informalidade atinge desigualmente homens e mulheres de que forma?) A distribuição setorial do emprego masculino e feminino será analisada mais adiante. É importante ressaltar por ora que, apesar da melhoria significativa na inserção, ainda se enfrentam problemas relacionados à remuneração equitativa e que as proporções de inserção encontradas no mercado formal de trabalho estão em favor do sexo masculino.

O grau de escolaridade dos postos formais de trabalho também se modificou bastante, como é demonstrado abaixo pela tabela 4. As transformações acompanharam tendências nacionais, ainda que o desempenho estadual tenha se situado acima delas. O que mais se ressalta é a incorporação massiva de postos de trabalho na faixa “ensino médio completo”, que apresentou a maior taxa de crescimento anual no período: 10,55%. Em termos absolutos isso representou o acréscimo de cerca de 740 mil PFT só na faixa de ensino médio completo, ao contabilizar o ensino médio incompleto é possível constatar acréscimo por volta de 72 mil PFT, a taxa de crescimento anual de 3,50%.

Tabela 4: Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Santa Catarina	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Analfabeto	9.338	0,81%	7600	0,33%	-0,63%
Fundamental Incompleto	357.786	30,96%	277768	12,22%	-1,92%
Fundamental Completo	261.566	22,63%	311026	13,68%	1,28%
Médio Incompleto	116.541	10,08%	188579	8,29%	3,50%
Médio Completo	256.202	22,17%	994757	43,75%	10,55%
Superior Incompleto	42.810	3,70%	104451	4,59%	6,84%
Superior Completo	111.469	9,65%	389752	17,14%	9,61%
TOTAL	1.155.712	100%	2.273.933	100%	5,30%

Fonte: MTE/RAIS.

A faixa “analfabeta” sofreu redução absoluta e relativa, passando de 0,81% do total de PFT para 0,33%. Isso significa a inexistência prática de trabalhadores analfabetos no estado. Os trabalhadores analfabetos tiveram decréscimo à taxa média anual de -0,63% no período considerado, passando de 9.338 PFT para apenas 7.600 em todo o estado..

Antes, a maioria dos postos de trabalho formal se encontrava na faixa do ensino fundamental (incompleto e completo), representando 53,59% do total de PFT em 2001. Essa proporção se reduziu para 25,9% em 2014, quando a faixa do ensino médio (incompleto e completo) passou a representar 52,04% contra os 32,25% que contabilizava em 2001. Esse movimento ocorreu tanto pela redução absoluta da faixa fundamental incompleto, como pelo baixo crescimento da faixa fundamental completo, considerando que muitos destes postos foram transferidos para faixas com maior grau de instrução.

Esse aumento no grau de qualificação da força de trabalho formal também foi observado na faixa de ensino superior, que apresentou crescimento acima da média total tanto no quesito incompleto como completo. A participação relativa desta faixa ampliou-se em 8,38 pontos percentuais, passando de 13,35% em 2001 para 21,73% ao final da série. Foi incorporado adicionalmente um total de 339.924 PFT na faixa do ensino superior completo e incompleto, com taxas de crescimento anual de 9,61% e 6,84%, respectivamente.

A tabela 5 a distribuição do emprego formal de acordo com a faixa de remuneração. As alterações encontradas neste quesito indicam uma concentração de salários do emprego formal nas faixas até 3 salários mínimos (SM), que apresentaram as maiores taxas de crescimento no período – praticamente 3 em cada 4 trabalhadores formais catarinenses recebem até três salários mínimos, precisamente 72,94% dos PFT em 2014, essa proporção era de 63,3% em 2001. Houve acréscimo da participação relativa das três primeiras faixas apresentadas na tabela, que vão até 2 SM, havendo pequena redução relativa na faixa que vai

de 2 a 3 SM. A faixa que apresentou maior absorção absoluta foi a de 1 a 2 SM, contabilizando um acréscimo de cerca de 660 mil PFT de 2001 a 2014, seguido pela faixa de 2 a 3 SM com adição de 310 mil PFT. Juntas, essas duas faixas representaram 79,06% de todos os empregos gerados no período.

As faixas que vão de 3 a 20 salários mínimos apresentaram perda de 11,2 pontos percentuais na participação relativa ao final da série. Em 2001 essa faixa representava 34,87% do total de PFT, passando a constituir apenas 23,67% desse total. Há, portanto, uma compressão das faixas salariais, reduzindo a sua dispersão. A faixa acima de 20 SM chegou mesmo a representar redução absoluta em número de PFT, o que levou a reduzir sua diminuta participação de 1,66% em 2001 para apenas 0,61% em 2014. O número de entradas em “Ignorado” teve forte acréscimo, passando a compor 2,78% do total em 2014, sendo que a participação em 2001 era de apenas 0,18%. Esse movimento, sendo a “faixa” com maior crescimento anual (27,63%), pode distorcer a análise, uma vez que representa mais de 60 mil PFT sem informação referente à remuneração.

Tabela 5: Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Santa Catarina	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	1.905	0,16%	6031	0,27%	8,05%
De 0,5 a 1	27.703	2,40%	66647	2,93%	6,78%
De 1,01 a 2	384.513	33,27%	1044943	45,95%	7,88%
De 2,01 a 3	317.328	27,46%	540987	23,79%	3,74%
De 3,01 a 5	224.543	19,43%	316331	13,91%	2,52%
De 5,01 a 10	132.087	11,43%	170458	7,50%	1,47%
De 10,01 a 20	46.390	4,01%	51418	2,26%	0,25%
Mais de 20	19.183	1,66%	13885	0,61%	-3,40%
Ignorado	2.060	0,18%	63233	2,78%	27,63%
TOTAL	1.155.712	100%	2.273.933	100%	5,30%

Fonte: MTE/RAIS.

Essas mudanças significativas observadas no período podem indicar um processo de precarização no mercado de trabalho formal, principalmente considerando que no mesmo período houve um processo de estruturação do mercado de trabalho, com forte geração de postos formais de trabalho e considerável aumento da qualificação da força de trabalho. Ainda assim, esse processo deve ser considerado também à luz da política de valorização do salário mínimo por parte do governo federal, que pode ter acarretado a compressão da remuneração de muitos empregos para valores mais próximos da base salarial, que anteriormente

representavam faixas salariais mais altas quando comparados com os salários mínimos de menor poder de compra do início da década de 2000.

3- CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

Nesta seção será apresentada uma análise mais qualitativa sobre diversos aspectos do mercado formal de trabalho tendo-se como parâmetro o local do exercício profissional, ou seja, os setores de atividade econômica. Para tanto, foram cruzadas as informações relativas a estes setores com três quesitos centrais: escolaridade, renda e gênero. Com isso, é possível analisar a reação de cada setor frente aos quesitos acima mencionados, o que pode indicar dinâmicas setoriais distintas que afetam a qualidade do emprego gerado.

Em termos de grau de instrução, conforme Anexo A, há bastante variação nas proporções ao se analisar setor por setor. Em proporção de analfabetos, o setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca mantém a primeira posição com 1,30% do total de PFT ocupados no setor sendo analfabetos em 2014, essa posição é mantida desde 2001, quando possuía 1,73%. Todos os setores apresentaram queda relativa na proporção de analfabetos e, exceto os setores de construção civil e indústria de transformação, também apresentaram queda no número absoluto de analfabetos empregados formalmente. Destaque para os setores de Serviços industriais de utilidade pública e o de Administração Pública, que apresentaram as maiores taxas negativas: -14,25% e -16,11%, respectivamente. Nesses setores a proporção de analfabetos reduziu praticamente para zero, ficando ambos abaixo de 0,1%. Outro setor que já mantinha historicamente baixas proporções era o de comércio, com 0,6% em 2001, atingindo apenas 0,13% em 2014.

Os setores que mais empregam, em 2014, a faixa do ensino fundamental (completo e incompleto) são o de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e de Construção Civil com 58,85% e 43,47%, respectivamente. Em 2001, essa proporção era, respectivamente, de 81,5% e 76,5%. Isso indica uma forte redução mesmo em setores que historicamente possuíam forte presença nessa faixa, seguindo a tendência do agregado estadual. Por sua vez, os que menos empregam a faixa de ensino fundamental são os setores Administração Pública, Serviços, Comércio, com proporções de 14,65%, 18,84% e 22,15%, respectivamente. Os demais setores estão acima das proporções médias do agregado total, porém não se distanciam muito delas. Em geral, os setores mantiveram praticamente as mesmas colocações que possuíam em 2001,

com exceção do Setor de Comércio que reduziu fortemente a presença desta faixa, passando de quinto para penúltimo lugar em 2014, outro setor que teve desempenho diferente da média, mas em sentido oposto, foi o de Serviços industriais de utilidade pública, passando de penúltimo lugar em empregos na faixa para o quarto lugar em 2014, acima da indústria de transformação, serviços e comércio – setores que possuíam relativamente mais empregados com ensino fundamental em 2001 do que o setor de Serviços industriais de utilidade pública.

O grau de escolaridade com maior desempenho, o ensino médio (completo e incompleto), apresentou o maior acréscimo relativo e absoluto na maioria dos setores, excetuando-se a Administração pública que teve decréscimo relativo compensado pela maior inserção do ensino superior. A construção civil destacou-se pelo fato da faixa de ensino médio completo obter crescimento anual de quase 20% ao longo do período, os demais setores ficaram próximos da média estadual de 10,55%, e mesmo setores que historicamente apresentam proporções baixíssimas de PFT nesta faixa de escolaridade passaram por fortes ingressos durante a série analisada, como, por exemplo, o setor Extrativo mineral, Indústria de transformação e o de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

A faixa de ensino superior (completo e incompleto) é a que apresenta o comportamento mais específico em relação a cada setor. O aumento da proporção ocorreu para essa faixa ocorreu em todos os setores, com exceção do setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Entretanto, a inserção de empregos nessa faixa concentrou-se nos setores de Administração Pública, Serviços, Indústria de transformação e Serviços industriais de utilidade pública. Nos demais setores o acréscimo foi relativamente pequeno, ainda que as taxas de crescimento tenham sido acima da média do agregado, como no caso de Construção Civil e do Comércio.

A maioria dos setores seguiu a tendência geral do estado sobre a distribuição dos postos formais de trabalho por remuneração e setor, concentrando a geração de empregos formais nas faixas que vão até 3 salários mínimos, conforme Anexo B. Existem, porém, diferenças significativas nessa distribuição interna a cada setor que se originam desde o começo da série em 2001, aprofundando ou se modificando ligeiramente após 14 anos.

A dinâmica presente na faixa que vai até um salário mínimo foi de crescimento absoluto em todos os setores, excetuando-se os de Extrativa mineral e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. No que diz respeito ao crescimento relativo, ocorreu o mesmo, com apenas os dois setores anteriormente mencionados apresentando decréscimo na participação desta faixa de remuneração no total de empregos formais do estado. Os setores de Construção

Civil, Serviços industriais de utilidade pública e Serviços tiveram taxas de crescimento acima da média estadual, de 6,88%, para a faixa salarial até 1 SM, com taxas de 12,46%, 11,89% e 8,33%, respectivamente. O setor de serviços é um dos setores que já apresentava significativa participação dessa faixa salarial, elevando-se de 4,24% em 2001 para 5,22% em 2014, com a geração de 23.197 PFT. Esse movimento fez com que esse setor se situasse como o que mais emprega na faixa de remuneração até 1 SM, posição anteriormente ocupada pelo setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que teve redução absoluta e relativa, passando de 5,96% do total de ocupados no setor para 4,18% à taxa de -1,08% de crescimento anual médio.

Em relação à faixa de remuneração que vai de 1 a 3 SM, houve o maior crescimento absoluto de PFT e o segundo maior crescimento relativo dentre todas as faixas, crescimento este que se manifestou em todos os setores, sem exceção. A maioria dos setores apresentava, desde 2001, proporções acima de 60% de empregados nessa faixa de remuneração, com exceção dos setores de Extrativa mineral, Serviços industriais de utilidade pública e o de Administração Pública, que possuem maior dispersão, principalmente na faixa de 3 a 5 SM, como será analisado mais adiante. Destacam-se, principalmente, os setores de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e de Comércio que em 2014 ultrapassaram os 80% de empregados na faixa, com 84,09% e 80,65%, respectivamente. No início da série, em 2001, esses dois setores possuíam então 75,71% e 76,32%, respectivamente, o que indica também que o setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca passou a ser o que mais emprega relativamente na referida faixa de remuneração, ultrapassando o setor de comércio. O setor com maiores taxas de crescimento médio anual para a faixa foi o de Construção Civil, com 9,16%; tal crescimento fez com que a faixa de 1 a 3 SM passasse de 72,14% para 77,73%, mantendo sua posição de terceiro que mais emprega tal faixa dentre os oito setores. A indústria de transformação também tem forte presença nessa faixa e, apesar de taxas de crescimento abaixo da média estadual, ampliou a participação dos empregos formais de 1 a 3 SM de 65,09% em 2001, para 74,21% em 2014, com um acréscimo de cerca de 250 mil PFT, sendo o que mais possui empregos em termos absolutos nessa faixa de remuneração com um total de 507.839 PFT.

A faixa de remuneração de 3 a 5 SM, por sua vez, possui dinâmicas bastante diferentes para cada setor. Houve uma tendência geral para redução desta faixa salarial, em função da compressão em torno das faixas que vão até 3 SM. Essa tendência, porém, não se aplicou ao setor de Serviços industriais de utilidade pública, que obteve taxas de crescimento de 8,52%

entre 2001 e 2014, passando a participação relativa da faixa de 11,34% para 22,34%. O único setor que apresentou crescimento negativo para esta faixa de remuneração foi o de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, todos os demais setores apresentaram crescimento positivo. Esse crescimento, porém, com exceção dos dois setores acima mencionados, não foi suficiente para manter as proporções anteriores, havendo redução da participação desta faixa. Em especial, destaca-se a Indústria de Transformação, que perdeu 6,86% pontos percentuais na participação desta faixa no total do agregado do setor, passando de 20,78% em 2001 para 13,92% em 2014, com a criação de apenas 14.175 PFT na faixa, o que representa cerca de 5% do total de PFT gerados ao longo dos 14 anos. Outro setor em que se observou queda relativa acentuada na proporção de empregadas nesta faixa salarial foi o setor de Serviços, que passou de 18,12% em 2001 para 13,02% em 2014 a uma taxa média de crescimento anual de 3,68%. A administração pública, segundo setor que mais emprega proporcionalmente esta faixa de remuneração, teve queda relativa de 4,43% pontos percentuais, passando de 28,77% em 2001 para 24,34% em 2014. Os demais setores tiveram quedas relativas em torno de 3%, com taxas de crescimento anual para a faixa de remuneração 40% menores, em geral, do que a taxa para o agregado total de PFT.

A faixa que compreende 5 a 10 salários mínimos observou queda relativa em todos os setores, sem exceção, assim como observou queda também absoluta nos setores de Extrativa mineral, Indústria de transformação e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Nestes últimos, a participação da faixa, que já era diminuta, reduziu-se ainda mais. No caso da Extrativa mineral, a redução foi de 20,91% em 2001 para 8,31% da participação da faixa no total do setor a taxas de crescimento de -4,90%. A indústria de transformação sofreu queda acentuada para esta faixa, passando de 9,6% em 2001 para 5,4% em 2014, mantendo apenas 9.547 PFT nesta faixa, 2.767 a menos do que em 2001. O setor que presenciou maior queda relativa foi o de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com taxa média de crescimento anual de -9,01%, reduzindo a participação de 4,68% em 2001 para 1,69% em 2014. A administração pública é o setor que mais emprega tal faixa proporcionalmente e foi o que teve a menor queda relativa, passando de 24,71% em 2001 para 23,35% em 2014, empregando cerca de 20 mil novos PFT nesta faixa. Outro setor que emprega bastante nesta faixa é o de Serviços industriais de utilidade pública, que teve decréscimo de 3,67 pontos percentuais, passando de 24,18% para 20,51%. Os demais setores tiveram decréscimos relativos que vão de 2,31 a 3,94% pontos percentuais, situando-se com uma proporção que vai de 3% a 7% desta faixa de remuneração no total de cada setor.

Por fim, as faixas acima de 10 salários mínimos também tiveram queda relativa em todos os setores, os únicos setores que apesar da queda relativa tiveram acréscimo de PFT na faixa foram os de Comércio, Serviços e Administração Pública. Destaca-se a queda no setor de Serviços industriais de utilidade pública, o que mais emprega proporcionalmente tal faixa de remuneração dentre todos os setores, e passou de 45,79% em 2001 para 17,27% em 2014. O setor de administração pública, apesar de observar acréscimo de quase 4 mil PFT na referida faixa, teve queda de 3,11 pontos percentuais, passando de 12,76% em 2001 para 9,65% em 2014, e continua a ser o segundo que mais emprega proporcionalmente em tal faixa. Os demais setores já possuíam participação diminuta de tal faixa de remuneração e esta ficou ainda menor ao final da série, o setor de Serviços, por exemplo, passou de 6,80% em 2001 para 3,35% em 2014. O setor de comércio, que sempre empregou proporcionalmente pouco nesta faixa, possuía já em 2001 apenas 1,12% do total de PFT nesta faixa de remuneração e passou a possuir ínfimos 0,58% em 2014. Outro setor fortemente afetado pela tendência de queda foi o de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que passou a ser o setor que menos emprega em tal faixa de remuneração, em 2001 a proporção era de 4,90% e em 2014 reduziu-se a 0,37%, com taxas negativas de crescimento anual de -22,14%.

É importante notar novamente que a faixa referente a Ignorado, isto é, com remuneração não contabilizada na RAIS, teve forte crescimento na série, o que pode vir a distorcer a análise. No agregado total, o número de ignorados veio a compor 2,78% em 2014, e esta proporção é ainda pior em alguns setores, como o de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca com 4,20% e Construção Civil com 3,9%. Antes, em 2001, a proporção de ignorados, em todos os setores, beirava o zero. Em 2014, porém, agora os setores possuem proporções de ignorados acima de 2%, excetuando-se a administração pública que mantém apenas 1,62%.

No Anexo C apresenta-se a tendência geral de participação do trabalho masculino e feminino em todos os setores. Apenas a exceção foi o setor Extrativa Mineral, que passou a ser o que menos emprega trabalho feminino no Estado com proporções de 93,07% trabalhadores e 6,93% trabalhadoras em 2014, proporção esta que era de 92,74% trabalhadores e 7,26% trabalhadoras em 2001. Em todos os demais setores, em menor ou maior proporção, o crescimento anual do trabalho feminino foi superior ao masculino, mesmo em setores já com maior presença feminina, como o de administração pública e serviços.

A indústria de transformação, por exemplo, era um setor que em 2001 possuía apenas uma mulher empregada para cada dois homens, a proporção de 33,01% de trabalho feminino

aumentou em 2014 para 40,01% a taxa de crescimento anual de 6,02% contra apenas 3,43% da mesma taxa para o trabalho masculino. No caso do setor Serviços industriais de utilidade pública, a situação era ainda pior com apenas 15,58% de trabalhadoras em 2001, essa proporção melhorou ligeiramente para 18,20%. Até mesmo na Construção Civil, setor majoritariamente masculino, houve acréscimo de trabalho feminino. Em 2001, a proporção antes era de 94,61% trabalhadores contra apenas 5,39% trabalhadoras, essa desproporção se reduziu em 2014 para 91,47% e 8,26%, respectivamente. O número de trabalhadoras na construção civil mais que triplicou no período considerado, 2.254 PFT femininos em 2001 para 8.704 em 2014, crescendo a taxa média de 11,28% ao ano, enquanto o trabalho masculino cresceu a 8,49%. Essa alteração fez com que o setor de construção civil deixasse de ser o que menos emprega proporcionalmente trabalho feminino, para ser substituído pelo de Extrativa mineral.

A inserção do trabalho feminino foi ainda maior no setor de comércio, a proporção que era em 2001 de 60,3% trabalhadores para 39,7% trabalhadoras reduziu-se em 2014 para 53,15% trabalhadores para 46,85% trabalhadoras, com o ingresso de 134 mil mulheres no total do setor a taxa de crescimento anual de 7,97%, contra 122 mil novos empregos masculinos a taxa de crescimento anual de 5,55%. O setor de serviços apresenta resultados ainda mais impressionantes, já era o setor que mais empregava mulheres de proporcional e absolutamente, com 43,85% do total de PFT ocupado por mulheres ainda em 2001, essa proporção em 2014 passou a ser de 50,57%, o que indica que na prática existe inserção correspondente à proporção encontrada na população. Ao longo dos 14 anos houve ingresso de 216 mil trabalhadoras no setor, enquanto empregados do sexo masculino representaram acréscimo de 171 mil PFT.

O setor de administração pública é o setor que proporcionalmente mais emprega trabalhadoras. Com força de trabalho majoritariamente feminina desde 2001, sua proporção era de 53,72% de trabalhadoras e 46,28% de trabalhadores. Ao longo da série, essa desproporção em benefício feminino se aprofundou ainda mais, chegando em 2014 a 62,16% de trabalhadoras e 37,84% de trabalhadores. Houve acréscimo de 73 mil PFT feminino e 21.932 PFT masculino no setor, a taxa de crescimento anual para o gênero feminino foi de 4,19%, contra apenas 1,74% para o masculino. Por fim, o setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também viu o crescimento da proporção ainda diminuta de empregadas mulheres. Em 2001, a proporção era de 80,46% de trabalhadores e 19,54% de trabalhadoras, essa proporção se reduziu respectivamente para 72,28% e 27,72%.

A distribuição por gênero do trabalho formal nos diversos setores de Santa Catarina revela que a tendência para equalização das proporções está presente em praticamente todos os setores, com maior possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho em suas diversas formas de atividade. Destaca-se que a presença de trabalho feminino também é maior em setores com postos de trabalho mais protegidos socialmente, como administração pública, serviços e comércio.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações utilizadas neste trabalho oriundas da RAIS-MTE para o período entre 2001 e 2014 mostram diversos aspectos do comportamento do mercado formal de trabalho em Santa Catarina. Inicialmente, destaca-se o contraste que existe entre o período analisado e a década imediatamente anterior a ele, a década de 1990, isto porque os primeiros anos do século XXI apresentaram forte geração de empregos e recuperação do mercado de trabalho e atividade econômica em geral. Nesse movimento de crescimento e expansão, também se observou aumento da formalização das relações de trabalho, o que proporcionou maior proteção social ao trabalhador.

A tendência nacional de concentração da força de trabalho no setor terciário também foi verificada ao nível estadual. Há, inclusive, importante constatação com os dados disponíveis em 2014: a indústria de transformação, integrante do setor secundário, deixou de ser o setor que mais emprega formalmente no estado, para ser superada pelo setor de Serviços. O emprego formal nos setores de Serviços e Comércio representou mais da metade do total de PFT gerados no período considerado. Com a recente crise no setor industrial, é de se esperar que tal aprofundamento continue e se acelere ao nível nacional e estadual.

De um modo geral, notou-se que a geração de postos formais de trabalho no período analisado concentrou-se fortemente nos setores de Indústria de transformação, Construção civil, Serviços e Comércio. É importante frisar que existe uma modificação importante em relação à década de 1990, principalmente no que concerne à formalização desses novos postos gerados, pois tais setores, excetuando-se a Indústria de transformação, historicamente apresentavam altas taxas de informalidade.

O aspecto relativo ao gênero revelou forte inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, diminuindo a histórica desproporção de gênero. Ainda assim, é preciso ressaltar que ainda persistem outras desigualdades, especialmente em relação ao quesito remuneração,

onde as mulheres, mesmo exercendo função semelhante, recebem níveis salariais bem inferiores.

Em relação à escolaridade, constatou-se importante movimento de qualificação da força de trabalho, transferindo o peso que antes era dado no agregado estadual ao ensino fundamental para as faixas ligadas ao ensino médio, completo e incompleto. Também se observou expansão do emprego formal na faixa de ensino superior.

As remunerações presenciaram uma compressão, com menor dispersão nas faixas contabilizadas pela RAIS/MTE, concentrando-se nas faixas que vão até 3 salários mínimos. Isso pode indicar precarização salarial, uma vez que a maior qualificação da mão de obra e a melhor estruturação do mercado formal de trabalho não são condizentes com as dinâmicas da força de trabalho.

A análise de aspectos qualitativos do mercado formal de trabalho revelou que apesar dos dados seguirem as tendências encontradas no agregado estadual, alguns setores tiveram desempenhos diferenciados nos três aspectos qualitativos considerados. Por exemplo, o setor público destaca-se como o setor com maior absorção de mão de obra qualificada, tanto em termos de melhores níveis de remuneração como de maior igualdade de inserção de gênero. O setor terciário, compreendido principalmente pelos setores de Serviços e Comércio, apresenta importante absorção da força de trabalho feminina e também ampliação da qualificada, especialmente no nível de ensino médio e ensino superior.

Em síntese, todos os indicadores considerados revelaram que o mercado formal de trabalho em Santa Catarina apresentou no período entre 2001 e 2014 uma mudança qualitativa comparativamente à década anterior. Todavia, deve-se registrar que o cenário recente de crise econômica do país pode estar afetando negativamente os resultados analisados. Mas esta percepção somente será possível de ser confirmada ou não quando novas séries históricas forem disponibilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio, A cidadania negada: Política de exclusão na educação e no trabalho. Coleção Grupos de Trabalho, CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35-46.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesq. Plan. Econ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.3-24, abr. 1991.

CORSEUIL, Carlos Henrique L. **Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações**. Brasília: IPEA, 2011. 28p. ((IPEA. Texto para Discussão ; 1571))

DEDECCA, Claudio Salvadori. **O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual**. In: BALTAR, Paulo Eduardo Andrade; KREIN, José Dari; SALAS, Carlos (Org.). Economia e Trabalho: Brasil e México. São Paulo: Ltr, 2009. p. 130-150.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

KREIN, José Dari. **As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil**. Necat, Florianópolis, v. 3, n. 1, p.7-26, jan./jun. 2013.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. 3 ed. Hucitec. São Paulo. 1995.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

POCHMANN, M. **Existe espaço para recuperar as perdas do salário mínimo**. Jornal do Economista. São Paulo: Conselho Regional de Economia, 2.^a Região, Corecon, n.º 134, abr./2000

POCHMANN, Marcio. **A nova divisão internacional do trabalho**. Fonset, v. 5, p.25-26, dez. 2011.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SUMMA, Ricardo. **Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil**. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, set. 2014.

ANEXO A

Extrativa mineral					
Analfabeto	31	0,58%	26	0,31%	-2,63%
Fundamental Incomp.	2.526	47,00%	1.753	20,63%	-2,90%
Fundamental Comp.	1.175	21,86%	1.522	17,91%	2,36%
Médio Incomp.	599	11,14%	732	8,62%	1,48%
Médio Comp.	706	13,13%	3.703	43,59%	13,68%
Superior Incomp.	110	2,05%	199	2,34%	4,95%
Superior Comp.	228	4,24%	561	6,60%	6,45%
Total	5.375	100,00%	8.496	100,00%	3,76%
Indústria de transformação					
Analfabeto	2.495	0,64%	3.813	0,56%	2,93%
Fundamental Incomp.	151.274	38,76%	109.152	15,95%	-2,41%
Fundamental Comp.	104.125	26,68%	119.504	17,46%	0,90%
Médio Incomp.	44.248	11,34%	74.820	10,93%	3,70%
Médio Comp.	68.128	17,45%	303.010	44,28%	11,39%
Superior Incomp.	9.119	2,34%	24.383	3,56%	6,84%
Superior Comp.	10.941	2,80%	49.627	7,25%	11,75%
Total	390.330	100,00%	684.309	100,00%	4,38%
Serviços industriais de utilidade pública					
Analfabeto	121	0,90%	15	0,07%	-14,25%
Fundamental Incomp.	4.056	30,15%	2.681	13,32%	-3,18%
Fundamental Comp.	1.641	12,20%	4.151	20,63%	6,67%
Médio Incomp.	929	6,91%	737	3,66%	-2,34%
Médio Comp.	3.797	28,23%	7.470	37,12%	6,13%
Superior Incomp.	730	5,43%	911	4,53%	0,61%
Superior Comp.	2.178	16,19%	4.159	20,67%	5,98%
Total	13.452	100,00%	20.124	100,00%	3,49%
Construção Civil					
Analfabeto	463	1,11%	733	0,70%	6,66%
Fundamental Incomp.	21.812	52,14%	22.544	21,40%	1,71%
Fundamental Comp.	10.202	24,39%	23.251	22,07%	7,81%
Médio Incomp.	3.440	8,22%	7.798	7,40%	7,46%
Médio Comp.	4.300	10,28%	45.135	42,85%	19,74%
Superior Incomp.	586	1,40%	1.858	1,76%	8,87%
Superior Comp.	1.033	2,47%	4.012	3,81%	11,60%
Total	41.836	100,00%	105.331	100,00%	8,68%
Comércio					
Analfabeto	1.184	0,60%	579	0,13%	-2,66%
Fundamental Incomp.	42.113	21,29%	32.243	7,08%	-1,95%
Fundamental Comp.	55.493	28,05%	53.539	11,76%	-0,35%
Médio Incomp.	30.899	15,62%	51.785	11,37%	3,95%
Médio Comp.	57.118	28,87%	267.075	58,64%	11,96%
Superior Incomp.	6.092	3,08%	22.117	4,86%	9,90%
Superior Comp.	4.940	2,50%	28.101	6,17%	13,34%
Total	197.839	100,00%	455.439	100,00%	6,60%
Serviços					
Analfabeto	2.367	0,77%	1.657	0,24%	-1,48%
Fundamental Incomp.	80.765	26,35%	72.350	10,42%	-0,92%
Fundamental Comp.	66.510	21,70%	81.437	11,73%	1,56%
Médio Incomp.	28.729	9,37%	44.216	6,37%	3,08%
Médio Comp.	73.439	23,96%	296.470	42,71%	11,02%
Superior Incomp.	17.434	5,69%	45.255	6,52%	7,96%
Superior Comp.	37.306	12,17%	152.800	22,01%	10,73%
Total	306.550	100,00%	694.185	100,00%	6,43%
Administração Pública					
Analfabeto	2.085	1,25%	193	0,07%	-16,11%
Fundamental Incomp.	32.785	19,73%	20.498	7,85%	-4,17%
Fundamental Comp.	17.046	10,26%	17.764	6,80%	-0,30%
Médio Incomp.	6.263	3,77%	4.879	1,87%	-2,15%
Médio Comp.	46.160	27,78%	59.397	22,74%	1,24%
Superior Incomp.	8.361	5,03%	9.190	3,52%	0,18%
Superior Comp.	53.478	32,18%	149.256	57,15%	7,89%
Total	166.178	100,00%	261.177	100,00%	3,17%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca					
Analfabeto	592	1,73%	584	1,30%	0,99%
Fundamental Incomp.	22.455	65,75%	16.547	36,88%	-3,17%
Fundamental Comp.	5.374	15,74%	9.858	21,97%	4,38%
Médio Incomp.	1.434	4,20%	3.612	8,05%	4,95%
Médio Comp.	2.554	7,48%	12.497	27,85%	11,09%
Superior Incomp.	378	1,11%	538	1,20%	0,18%
Superior Comp.	1.365	4,00%	1.236	2,75%	-2,44%
Total	34.152	100,00%	44.872	100,00%	1,27%
Total					
Analfabeto	9.338	0,81%	7.600	0,33%	-0,63%
Fundamental Incomp.	357.786	30,96%	277.768	12,22%	-1,92%
Fundamental Comp.	261.566	22,63%	311.026	13,68%	1,28%
Médio Incomp.	116.541	10,08%	188.579	8,29%	3,50%
Médio Comp.	256.202	22,17%	994.757	43,75%	10,55%
Superior Incomp.	42.810	3,70%	104.451	4,59%	6,85%
Superior Comp.	111.469	9,65%	389.752	17,14%	9,61%
Total	1.155.712	100,00%	2.273.933	100,00%	5,30%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

ANEXO B

Tabela: Distribuição dos PFT por setor de atividade e remuneração em S

	2001	%	2014	%	Taxa % a.a.
Extrativa mineral					
Até 1 SM*	59	1,10%	48	0,56%	-0,50%
De 1 a 3	1619	30,12%	3821	44,97%	7,37%
De 3 a 5	2267	42,18%	3375	39,72%	2,24%
De 5 a 10	1.124	20,91%	706	8,31%	-4,90%
Mais de 10	305	5,67%	278	3,27%	0,53%
Ignorado	1	0,02%	268	3,15%	38,05%
Total	5.375	100,00%	8.496	100,00%	3,76%
Indústria de transformação					
Até 1 SM*	4.898	1,25%	11.579	1,69%	6,58%
De 1 a 3	254.048	65,09%	507.839	74,21%	5,44%
De 3 a 5	81.130	20,78%	95.305	13,93%	0,68%
De 5 a 10	37.436	9,59%	36.846	5,38%	-0,79%
Mais de 10	12.314	3,15%	9.547	1,40%	-2,86%
Ignorado	504	0,13%	23.193	3,39%	31,39%
Total	390.330	100,00%	684.309	100,00%	4,38%
Serviços industriais de utilidade pública					
Até 1 SM*	15	0,11%	100	0,50%	11,89%
De 1 a 3	2.495	18,55%	7.320	36,37%	7,74%
De 3 a 5	1.526	11,34%	4.496	22,34%	8,52%
De 5 a 10	3.253	24,18%	4.128	20,51%	3,35%
Mais de 10	6.160	45,79%	3.476	17,27%	-4,38%
Ignorado	3	0,02%	604	3,00%	33,98%
Total	13.452	100,00%	20.124	100,00%	3,49%
Construção Civil					
Até 1 SM*	723	1,73%	1.988	1,89%	12,46%
De 1 a 3	30.181	72,14%	81.872	77,73%	9,16%
De 3 a 5	6.714	16,05%	12.544	11,91%	5,53%
De 5 a 10	3.276	7,83%	4.093	3,89%	2,70%
Mais de 10	848	2,03%	727	0,69%	-1,29%
Ignorado	94	0,22%	4.107	3,90%	30,86%
Total	41.836	100,00%	105.331	100,00%	8,68%
Comércio					
Até 1 SM*	7.135	3,61%	18.018	3,96%	6,39%
De 1 a 3	151.008	76,33%	367.332	80,65%	7,05%
De 3 a 5	26.576	13,43%	44.160	9,70%	3,81%
De 5 a 10	10.658	5,39%	13.997	3,07%	1,78%
Mais de 10	2.224	1,12%	2.659	0,58%	0,99%
Ignorado	238	0,12%	9.273	2,04%	30,05%
Total	197.839	100,00%	455.439	100,00%	6,60%
Serviços					
Até 1 SM*	13.005	4,24%	36.202	5,22%	8,33%
De 1 a 3	182.452	59,52%	475.719	68,53%	7,40%
De 3 a 5	55.560	18,12%	90.421	13,03%	3,68%
De 5 a 10	33.675	10,99%	48.925	7,05%	3,02%
Mais de 10	20.847	6,80%	23.253	3,35%	0,31%
Ignorado	1.011	0,33%	19.665	2,83%	24,45%
Total	306.550	100,00%	694.185	100,00%	6,43%
Administração Pública					
Até 1 SM*	1.736	1,04%	2.869	1,10%	0,97%
De 1 a 3	54.179	32,60%	104.291	39,93%	4,68%
De 3 a 5	47.820	28,78%	63.581	24,34%	2,68%
De 5 a 10	41.066	24,71%	61.003	23,36%	1,94%
Mais de 10	21.203	12,76%	25.196	9,65%	0,63%
Ignorado	174	0,10%	4.237	1,62%	22,92%
Total	166.178	100,00%	261.177	100,00%	3,17%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca					
Até 1 SM*	2.037	5,96%	1.874	4,18%	-1,08%
De 1 a 3	25.859	75,72%	37.736	84,10%	2,02%
De 3 a 5	2.950	8,64%	2.449	5,46%	-3,12%
De 5 a 10	1.599	4,68%	760	1,69%	-9,01%
Mais de 10	1.672	4,90%	167	0,37%	-22,14%
Ignorado	35	0,10%	1.886	4,20%	30,89%
Total	34.152	100,00%	44.872	100,00%	1,27%
Total					
Até 1 SM*	29.608	2,56%	72.678	3,20%	6,88%
De 1 a 3	701.841	60,73%	1.585.930	69,74%	6,37%
De 3 a 5	224.543	19,43%	316.331	13,91%	2,52%
De 5 a 10	132.087	11,43%	170.458	7,50%	1,47%
Mais de 10	65.573	5,67%	65.303	2,87%	-0,66%
Ignorado	2.060	0,18%	63.233	2,78%	27,63%
Total	1.155.712	100,00%	2.273.933	100,00%	5,30%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

ANEXO C

Tabela: Distribuição dos PFT por setor de atividade

		2001	2014	Tx % a.a.
Extrativa mineral				
	Masculino	4.985	7.907	3,79%
	Masc %	92,74%	93,07%	
	Feminino	390	589	3,59%
	Fem %	7,26%	6,93%	
	Total	5.375	8.496	3,76%
Indústria de transformação				
	Masculino	261.487	410.491	3,43%
	Masc %	66,99%	59,99%	
	Feminino	128.843	273.818	6,02%
	Fem %	33,01%	40,01%	
	Total	390.330	684.309	4,38%
Serviços industriais de utilidade pública				
	Masculino	11.356	16.462	3,17%
	Masc %	84,42%	81,80%	
	Feminino	2.096	3.662	5,08%
	Fem %	15,58%	18,20%	
	Total	13.452	20.124	3,49%
Construção Civil				
	Masculino	39.582	96.627	8,49%
	Masc %	94,61%	91,74%	
	Feminino	2.254	8.704	11,28%
	Fem %	5,39%	8,26%	
	Total	41.836	105.331	8,68%
Comércio				
	Masculino	119.303	242.064	5,55%
	Masc %	60,30%	53,15%	
	Feminino	78.536	213.375	7,97%
	Fem %	39,70%	46,85%	
	Total	197.839	455.439	6,60%
Serviços				
	Masculino	172.116	343.128	5,35%
	Masc %	56,15%	49,43%	
	Feminino	134.434	351.057	7,64%
	Fem %	43,85%	50,57%	
	Total	306.550	694.185	6,43%
Administração Pública				
	Masculino	76.904	98.836	1,74%
	Masc %	46,28%	37,84%	
	Feminino	89.274	162.341	4,19%
	Fem %	53,72%	62,16%	
	Total	166.178	261.177	3,17%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca				
	Masculino	27.478	32.433	0,51%
	Masc %	80,46%	72,28%	
	Feminino	6.674	12.439	3,69%
	Fem %	19,54%	27,72%	
	Total	34.152	44.872	1,27%
Total				
	Masculino	713.211	1.247.948	4,38%
	Masc %	61,71%	54,88%	
	Feminino	442.501	1.025.985	6,58%
	Fem %	38,29%	45,12%	
	Total	1.155.712	2.273.933	5,30%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT